

## **ACTA N.º 09**

### **Acta da Assembleia Municipal de Alpiarça, realizada no dia vinte e um Fevereiro de 2003.**

Aos vinte e um dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e três reuniu, no Salão da Junta de Freguesia de Alpiarça, a Assembleia Municipal de Alpiarça, com a presença dos seguintes membros: Vera Lúcia Santos Noronha, Sónia Isabel Sanfona Mendes, Maria Graciete Costa de Brito, Paulo Francisco Espírito Santo, Maria Felicia Prudêncio Gameiro, Vasco Luís Pimenta d'Aguiar, Pedro Miguel Santiago Brás Gaspar, Manuel Luís Cruz Bárbara, Anabela Leal Agostinho da Silva, Cláudia Cristina Favas Rodrigues, Maria Leonor Tendeiro Ribeiro, Ricardo Manuel Arranzeiro Hipólito, Teresa Isabel Claudino de Freitas, João Abílio Mourato Rosa, em substituição de Carlos Jorge Duarte Pereira, e António da Conceição Moreira.

Esteve ausente a eleita Isabel Maria Fernandes da Silva Coelho, por ter pedido suspensão do mandato.

Constituída a Mesa, pela sua Presidente, Vera Lúcia Santos Noronha, e pelos Secretários Teresa Isabel Claudino de Freitas em substituição de Maria Graciete Costa de Brito e Pedro Miguel Santiago Brás Gaspar, foi iniciada a sessão cerca das vinte e uma horas e trinta e um minutos.

Foi posta à votação e discussão a acta número oito, respeitante à sessão de onze de Dezembro de dois mil e dois, tendo sido colocadas as seguintes questões:

O eleito Vasco d' Aguiar referiu que não concorda com o teor da acta, omitindo as intervenções dos elementos da bancada.

A Presidente da Mesa informou sobre a posição da Inspeção Geral e Administração do Território em relação à elaboração das actas da Assembleia. (Remete para artigo noventa e dois).

O eleito Manuel Luís Bárbara apresentou proposta de emenda da acta sobre a sua intervenção.

A eleita Teresa Freitas apresentou proposta de alteração por supressão do nome do senhor António Milheiriço.

O eleito Ricardo Hipólito apresentou propostas de correcção ao nível da ortografia.

O eleito Paulo Espírito Santo apresentou proposta sobre a alteração na página sete, sobre uma questão semântica, para futuras leituras de acta.

A acta foi posta à votação, tendo sido aprovada, por maioria, com quatro votos contra e onze votos a favor.

A ordem do dia foi a seguinte:

**Ponto um** – Apreciação da Informação Escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da Actividade do Município e da sua situação Financeira, ao abrigo da alínea e) do n.º 1 do art.º 53 da Lei n.º 5-A/02 de 11 de Janeiro.

**Ponto dois** – Apreciação da Actividade de 2001 e 2002 da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, ao abrigo da Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro.

**Ponto três** – Apreciação e votação da Proposta de Regulamento do Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros – Transportes em Taxi, da Câmara Municipal de Alpiarça.

**Ponto quatro** – Apreciação e votação da Tabela de Taxas e Licenças para o ano de 2003.

**Ponto cinco** – Apreciação e votação de Proposta do custo das fotocópias, prestado na Biblioteca Municipal de Alpiarça.

**Ponto seis** – Apreciação da Proposta de actualização das Tarifas de Água Limpeza Urbana e Recolha de Resíduos para vigorar em 2003.

**Ponto sete** – Apreciação e Votação da Proposta de Taxa de Saneamento a aplicar no Concelho.

**Ponto oito** – Apreciação e votação do Código de Posturas Municipais.

**Ponto nove** – Apreciação e votação da Alteração ao Regulamento de Cedência e Utilização do Estádio Municipal Dr. Raúl José das Neves.

**Ponto dez** – Apreciação e votação da Proposta – Atribuição de Menção de Mérito Excepcional ao funcionário João Manuel Dias Teodoro.

**Ponto onze** – Apreciação e votação do pedido da Empresa SARCIL, Sociedade de Areias para Construção Civil, Lda, para licenciamento e declaração de utilidade pública – actividade de extracção de inertes do Rio Tejo / Praia do Patacão.

O eleito Vasco d' Aguiar apresentou declaração de voto subscrita pelos eleitos da C D.U “Declaração de voto - Por diversas vezes os eleitos da C.D.U. se têm manifestado contra o facto de as actas das sessões da Assembleia Municipal não retratarem com objectividade o sentido das suas declarações e/ou intervenções.

O argumento de que as actas são apenas um resumo do que se passa nas sessões não pode cobrir o desvirtuamento das posições e intervenções dos eleitos.

Da leitura da acta da sessão de 11 de Dezembro de 2002 verifica-se que, em vários pontos, é mesmo menos esclarecedora das posições assumidas pelos intervenientes do que a própria minuta da acta lida e aprovada no final da sessão.

Esta tentativa de silenciamento das posições da oposição, aqui consubstanciado na forma como foi redigida a acta da sessão da Assembleia Municipal anterior, revela um comportamento antidemocrático contra o qual se manifestam os eleitos da bancada da C.D.U., rejeitando a aprovação da Acta nos termos em que é proposta.

Alpiarça, 21 de Fevereiro de 2003

Os Eleitos da C. D .U”.

### **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

A Presidente da Mesa deu início a este período, convidando os autarcas a apresentarem as suas moções ou outros documentos à mesa e em nome da Assembleia apresentou votos de condolências ao senhor Presidente da Câmara pelo falecimento de sua mãe.

A Bancada da C. D. U. apresentou três moções com o seguinte teor:

#### **Moção número um:**

“Faleceu no passado dia 10 de Janeiro, o Dr. João Amaral, Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa.

João Amaral, militante empenhado do Partido Comunista Português, foi um cidadão que se destacou pela sua verticalidade e coerência na luta pela Liberdade e pela Democracia, nomeadamente como deputado e vice-presidente da Assembleia da República e Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, grangeando respeito e admiração, mesmo de adversários políticos.

A Assembleia Municipal de Alpiarça, reunida pela primeira vez após o seu falecimento, manifesta profundo pesar pelo seu desaparecimento.

Alpiarça, 21 de Fevereiro de 2003

Os Eleitos da C.D.U”.

**Moção número dois:**

“Os membros da Assembleia Municipal reunidos em sessão ordinária no dia 21 de Fevereiro de 2003, associam-se aos milhões de vozes do Mundo que no dia 15 de Fevereiro disseram não à guerra e condenam o propósito dos EUA em atacar o Iraque em nome de uma pretensa “guerra preventiva” que apenas serve sórdidos interesses estratégicos e principalmente económicos. Para além de atingir uma zona já por si tão martirizada, esta guerra terá custos humanos irreparáveis, massacrando milhares de cidadãos e crianças inocentes. Lamentam igualmente a posição de submissão do governo português relativamente à política belicista dos EUA.

A Assembleia Municipal delibera que a presente moção seja publicitada no Jornal Voz de Alpiarça.

Alpiarça, 21 de Fevereiro de 2003

Os Eleitos da C.D.U”.

**Moção número três:**

“O governo PSD/CDS tem vindo a tomar várias medidas legislativas e de contra-reformas que vão afectar de forma gravíssima a vida dos trabalhadores portugueses, atingindo com particular intensidade as camadas mais desfavorecidas.

A ofensiva sem precedentes contra o sistema público de Segurança Social, o Serviço Nacional de Saúde e contra a legislação do trabalho através da aprovação de um “Código de Trabalho” mostra com toda a evidência que o Governo pretende destruir as conquistas e direitos fundamentais dos trabalhadores.

Nesta onda de ataques a tudo o que é público, está em marcha ainda uma brutal ofensiva contra os trabalhadores da Administração Pública, desvalorizando os seus salários, as suas pensões e reformas.

Num clima de recessão económica, com o agravamento do desemprego, a deslocalização, as falências e o encerramento de empresas trazendo dramáticas consequências no plano social, evidencia-se e amplifica-se o

descontentamento popular contra a política do Governo, destacando-se o vasto movimento de luta, de resistência e de contestação dos trabalhadores demonstrado na Greve Geral de 10 de Dezembro e na grande manifestação Nacional de 8 de Fevereiro.

CDU-Coligação Democrática Unitária vem assim, através dos seus eleitos solicitar a esta Assembleia Municipal um voto de solidariedade para todos os trabalhadores sublinhando que apenas a luta poderá melhorar as condições de vida e de trabalho das populações.

Alpiarça, 21 de Fevereiro de 2003

Os eleitos da C.D.U”.

A bancada do Partido Socialista, apresentou duas moções com o seguinte teor:

**Moção número quatro:**

“A bancada do Partido Socialista nesta Assembleia Municipal não pode deixar de manifestar a sua posição face a actual conjuntura internacional, nomeadamente no que respeita à iminência de um conflito armado.

Esta é uma conjuntura particularmente perigosa para a aldeia global em que vivemos, e em que situações de crise numa determinada região do globo deixaram há muito de se circunscrever apenas a esse ponto geográfico, acabando por afectar toda a civilização moderna.

Queremo-nos referir obviamente à iminente intervenção militar no Iraque por parte dos EUA.

Consideramos, à semelhança das informações veiculadas por porta vozes das nações Unidas, que não se encontram ainda esgotados todos os meios pacíficos para resolução deste conflito, dando contudo um sinal inequívoco a Saddam que tem que passar a colaborar com as Nações Unidas, no sentido de se verificar o seu desarmamento.

Não podemos descurar o facto de que estamos a lidar com um tirano cruel, que não terá a mais pequena hesitação em recorrer ao uso de armas biológicas e químicas que tem para criar uma catástrofe a nível mundial .

Nem pretendemos esquecer as ameaças terroristas que permanentemente assolam o mundo civilizado.

Não obstante, não defendemos por parte do governo Português qualquer posição de alinhamento ao lado dos EUA, sobretudo aqueles que pretendem

viabilizar aventureirismos unilateralistas e que, em última análise não conduzirão à guerra, como ao fim da ordem internacional como a conhecemos desde 1945 e em que os diversos países partilham a responsabilidade pela segurança mundial.

É por isso evidente que assumimos a necessidade de resolução do presente conflito, esgotando-se todos os meios disponíveis que nos conduzam a uma solução pacífica, e necessariamente sempre sobre os auspícios das Nações Unidas.

Condenamos veementemente o desencadeamento da guerra à margem do Conselho de Segurança, sob pena de, verificando-se uma decisão unilateral americana se verem definitivamente abalados os fundamentos da ordem internacional, e colocando-se sériamente em causa a própria existência do Conselho de Segurança da ONU, por se tornar um órgão de existência meramente decorativa e sem qualquer conteúdo funcional e carecerem de respeitabilidade as suas decisões.

A Bancada do Partido Socialista”

**Moção número cinco:**

“No dia 15 de Janeiro do corrente ano, no “Voz de Alpiarça” saiu um artigo tendo por título a duas colunas que a “Garrido Editores encerra por falta de apoios.” No entanto, no corpo do artigo, já dizia que tinha sido vendida.

No decorrer do artigo também informava que o mesmo poderá acontecer com as “Artes Gráficas”. Neste caso não explica o tal mesmo é encerrar como coloca em título se é ser vendida como diz no corpo do artigo.

Associada a esta notícia o articulista tecia uma série de considerações sobre a falta de apoios que a empresa sofreu e que estaria no seu horizonte a sua deslocação para o concelho de Abrantes.

No dia 13 de Fevereiro no “O Mirante Económico”, informava, pela voz do próprio empresário que a Garrido Artes Gráficas vai continuar em Alpiarça, logo no título, neste caso a quatro colunas.

No decorrer do artigo o próprio empresário informava que a “Garrido Editores “ tinha sido vendida por opção estratégica que com o produto da venda adquiriu uma outra editora.

Também informava que a saúde da empresa era boa, tendo mesmo aumentado os serviços em trinta por cento.

Além da Saúde da empresa também indicava que ia aumentar os seus investimentos no sentido de aumentar a capacidade e qualidade.

Assim e considerando:

Que um jornal como a “Voz de Alpiarça” único veículo de informação do Concelho lhe compete informar de forma isenta e credível, acreditando ser esse o seu objectivo editorial;

Que uma informação deste nível não prestigia o Jornal e, por maioria de razão nem lhe junta credibilidade;

Que na sua edição de 15 de Fevereiro do presente não trazia nenhum desmentido nem rectificação do artigo;

Que um jornal não é o local para onde mandamos as notícias que nos dão jeito, porque o mesmo deve velar pela sua credibilidade.

Que a credibilidade dum jornal passa pela verdade dos seus artigos;

Que a imprensa local, em especial em meios pequenos, é nos dias de hoje, fundamental para que os nossos concidadãos sejam correctamente informados;

Que o artigo mencionado do “Voz de Alpiarça” produziu uma informação deturpada, incorrecta e que provocou uma imagem errada de uma empresa do Concelho com impactos negativos junto aos seus parceiros de negócio;

A bancada do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal de Alpiarça manifeste o seu profundo repudio por este tipo de informação.

A Bancada do Partido Socialista”.

A Presidente da mesa colocou à discussão as moções, que foram seguidamente votadas, com os seguintes resultados:

Moção número um, da bancada da CDU, por maioria, com uma abstenção e catorze votos a favor tendo os eleitos Sónia Sanfona e Cláudia Rodrigues prestado declaração de voto;

Moção número dois, da bancada da CDU, por maioria, com onze abstenções e quatro votos a favor.

O eleito Ricardo Hipólito fez intervenção sobre o assunto;

Moção número três, por maioria, com duas abstenções e treze votos a favor, após alteração sugerida pelo eleito Paulo Espírito Santo e aceite por ambas as bancadas;

Moção número quatro, da bancada do Partido Socialista, por unanimidade, após intervenção do eleito Paulo Espírito Santo;

Moção número cinco, da bancada do Partido Socialista, por maioria com quatro abstenções e onze votos a favor. O eleito Ricardo Hipólito não considera que a moção seja plausível de ser discutida na Assembleia Municipal.

O eleito Manuel Luís Bárbara considera a “Voz de Alpiarça” como matéria de maior interesse para os seus concidadãos.

O eleito Paulo Espírito Santo reitera e reforça a posição do eleito Manuel Luís Bárbara.

O eleito Vasco d’ Aguiar considera que a Lei de Imprensa é que deve tutelar esta matéria.

Os eleitos Cláudia Rodrigues e Ricardo Hipólito intervieram sobre este assunto.

A eleita Sónia Sanfona ressalva a sua preocupação por o “A Voz de Alpiarça”, ser o único veículo de informação local do Concelho.

O eleito Manuel Luís Bárbara voltou a intervir sobre o assunto.

A moção foi aprovada com onze votos a favor e quatro abstenções.

A Presidente da Assembleia Municipal fez declaração de voto.

O eleito Manuel Luís Bárbara apresentou a seguinte Declaração de Princípios: “Por maioria de razão, um qualquer eleito para cargos políticos em listas de forças políticas, fica vinculado à prática política que a força que o candidata executa.

Não se pode louvar algumas práticas anteriores da força política que representamos e, dizemos ao mesmo tempo, e porque nos convém, que nada temos a ver com outras.

Dá-se o caso, e já mais que por uma vez, que os eleitos nas listas da CDU, quando confrontados com situações menos claras sancionadas por executivos da Câmara Municipal de Alpiarça, afectos àquela força política afirmam de viva voz: “o que é que nós temos a ver com isso”.

Não posso deixar de reconhecer que algumas dessas situações possam embaraçar os presentes representantes da CDU nesta Assembleia.

Não podem é passar uma esponja na história recente deste Concelho, testemunhada por muitos dos presentes.

Restará na circunstância, a Vs. Exas. um de dois caminhos:



- Ou repudiam as situações menos claras, praticadas por anteriores executivos afectos à CDU, e trazidos à coacção a esta Assembleia, ou
- Assumem politicamente os ónus que essas acções vierem a desencadear.

Faz parte dessa coligação um Partido, que se diz garante das tradições democráticas e do combate ao fascismo, que se assume como referência de solidariedade entre os seus membros. Espero que os seus representantes neste fórum façam jus a tais princípios.

Estou certo de que a bancada a que pertenço não enjeitará as suas responsabilidades em relação aos que nos precederam, e creio que fazemos um favor à democracia, não permitindo que Vs. Exas., eleitos nas listas da CDU, se esqueçam quem são e o que representam.

Disse.

Alpiarça, 21 de Fevereiro de 2003”.

Intervenção do eleito Vasco d' Aguiar considera a falta de ética por parte do Partido Socialista em relação ao não esclarecimento da actuação da CDU enquanto poder.

A Presidente da Assembleia Municipal reitera a crítica ao repórter do Jornal “A Voz de Alpiarça” sobre notícias falsas em relação à sua pessoa.

O eleito Ricardo Hipólito subscreve a posição da Presidente da Assembleia Municipal e esclarece o que escreveu.

A eleita Cláudia Rodrigues pediu esclarecimentos ao senhor Presidente da Câmara sobre a recolha do lixo.

O Presidente da Câmara Municipal deu os devidos esclarecimentos sobre este assunto.

A Presidente da Assembleia Municipal procedeu à leitura de Recomendação à Câmara Municipal de Alpiarça sobre a Resiurb.

“Desde 1998, a Resiurb- Associação de Municípios para o Tratamento de Resíduos Sólidos, por deliberação do Conselho de Administração, tem um Administrador Delegado, como responsável pelas questões relacionadas com o tratamento e destino final dos resíduos sólidos urbanos dos concelhos de Almeirim, Alpiarça, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche e Salvaterra de Magos, nomeadamente do aterro sanitário e fileiras de valorização.

Recentemente fomos surpreendidos com notícias de jornais regionais e nacionais, referindo que não se procede à valorização dos resíduos colocados nos ecopontos. No jornal O Mirante de 13 de Fevereiro, o administrador delegado admite pela primeira vez, problemas na exploração do aterro, nomeadamente, no que se refere à estação de tratamento de águas lixivantes e à falta da estação de triagem.

Após solicitação de informação e resposta dada pelo Sr. Vereador António José Coelho, ficou a presidente da mesa da Assembleia Municipal de Alpiarça a saber que, em virtude da não existência de uma Estação de Triagem no Aterro Sanitário da Raposa, não há capacidade de separação. Apenas o **vidro**, as **pilhas**, **algumas madeiras** e os **plásticos agrícolas** são valorizados, sendo os restantes constituintes das fileiras, depositados no aterro sanitário.

Lamenta-se que até hoje, este processo não fosse do conhecimento desta assembleia.

Quando em 27 de Junho de 2000, a Assembleia Municipal de Alpiarça, colocou diversas questões relativas aos estatutos da **RESIURB E ECOLEZÍRIA**, fomos acusados de estar a enterrar o processo; o tempo veio a dar razão às reservas então colocadas.

Lia-se, por exemplo, no art.º 7º: “ **RESIURB** está constituída para a” gestão integrada dos RSU produzidos nos concelhos dos municípios associados, nas vertentes de recolha, tratamento, deposição final e comercialização...”,

Pergunta-se agora. Onde está a gestão integrada?

A Assembleia Municipal de Alpiarça, reunida em 21 de Fevereiro de 2003, afirma publicamente o seu desagrado pela forma como tem sido conduzida a gestão dos resíduos sólidos urbanos deste concelho, e recomenda à Câmara Municipal de Alpiarça que:

1. Dê de imediato conhecimento deste facto ao Conselho de Administração da Resiurb;
2. Sejam apuradas responsabilidades em todo o processo;
3. Seja esta Assembleia informada até à próxima sessão de Abril, das medidas tomadas para minorar os impactes negativos decorrentes destas más práticas ambientais.

Assembleia Municipal de Alpiarça, 21 de Fevereiro de 2003”

O Presidente da Câmara teceu algumas considerações sobre a Inspeção Geral da Administração do Território e solicitação de nomes para as ruas, nomeadamente a rua para Mário Feliciano.

Esclarecimento sobre as Inspeções promovidas pelo actual executivo sobre a actuação dos executivos da CDU, nomeadamente:

1. Esgotos do Frade de Cima;
2. Cooperativa Agroalpiarça;
3. Actividades das Comissões da Feira-Alpiagra-Feira do Vinho empossadas pelo anterior executivo da CDU.
4. Empréstimo Bancário contraído pelo executivo da Câmara Municipal de Alpiarça em 1993 perante a Caixa Geral de Depósitos. A Assembleia Municipal não foi considerada na matéria;
5. Empréstimo Bancário contraído pelo executivo da CDU perante a Caixa Geral de Depósitos em 1996;
6. Dívida de 31 de Dezembro de 1997.

Interveio o eleito Vasco d' Aguiar sobre o pedido das certidões das quais emanam as considerações do Presidente da Câmara, com referência ao nome do Sr. António Abalada e a aprovação em Assembleia Municipal da Rua a que deve ser dado o seu nome.

Foram colocadas três questões à mesa.

A eleita Sónia Sanfona pretende ser informada das consequências do relatório lido pelo Presidente da Câmara Municipal.

Os eleitos Vasco d' Aguiar e Paulo Espírito Santo intervieram sobre este assunto.

O Presidente da Câmara prestou esclarecimentos em relação às intervenções anteriores.

A Presidente da Mesa encerra o período de Antes da Ordem do Dia, pelo que não concedeu a palavra ao eleito Vasco d' Aguiar.

## **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

**Ponto um** – Apreciação da Informação Escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da Actividade do Município e da sua

situação Financeira, ao abrigo da alínea e) do n.º 1 do art.º 53 da Lei n.º 5-A/02 de 11 de Janeiro;

O Presidente da Câmara pediu licença à Presidente da mesa para dar informação por ser recente.

O eleito Vasco d' Aguiar interveio para solicitar à Presidente da Mesa um ponto de ordem.

O Presidente da Câmara informou sobre as decisões nas recentes reuniões de Câmara e processos entregue ao IGAT, os assuntos são referentes ao caso “Eurosinc” e “Restaurante do PCP” no recinto da Feira.

O eleito Ricardo Hipólito referiu-se à interpelação à mesa pondo em causa as últimas informações do Presidente da Câmara.

**Ponto dois** – Apreciação da Actividade de 2001 e 2002 da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, ao abrigo da Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro.

O Presidente da Câmara questionou sobre documentação relativa ao ponto.

O eleito Ricardo Hipólito apresentou dúvidas sobre os documentos fornecidos.

**Ponto três** – Apreciação e votação da Proposta de Regulamento do Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros – Transportes em Taxi, da Câmara Municipal de Alpiarça.

O Presidente da Câmara prestou esclarecimentos sobre este ponto.

O eleito Ricardo Hipólito fez pedido de esclarecimentos sobre o assunto.

Após o Presidente da Câmara ter dado esclarecimentos foi a proposta colocada à votação e aprovada por unanimidade.

**Ponto quatro** – Apreciação e votação da Tabela de Taxas e Licenças para o ano de 2003.

O eleito Ricardo Hipólito pediu esclarecimento sobre o critério de actualização de taxas.

O Presidente da Câmara fez considerações finais.

Este ponto foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

**Ponto cinco** – Apreciação e votação de Proposta do custo das fotocópias, prestado na Biblioteca Municipal de Alpiarça.

O eleito Pedro Gaspar pediu esclarecimento sobre este ponto.

O Presidente da Câmara deu o devido esclarecimento, foi colocada a proposta à votação, e aprovada por unanimidade.

**Ponto seis** – Apreciação da Proposta de actualização das Tarifas de Água Limpeza Urbana e Recolha de Resíduos para vigorar em 2003.

O eleito Ricardo Hipólito indaga dos métodos utilizados para a actualização de tabelas. Discorda do facto das tarifas de água terem indexado as tarifas do lixo.

O eleito Paulo Espírito Santo, constata da importância das taxas de recolha de Recolha de Resíduos Urbanos.

O Presidente da Câmara Municipal de Alpiarça deu o devido esclarecimento, tendo informado sobre a matéria e as dúvidas suscitadas.

A Presidente da Mesa colocou à consideração da Assembleia a continuação ou a suspensão da sessão devido ao esgotamento do tempo.

Intervenções dos eleitos Manuel Luís Bárbara, Pedro Gaspar e Ricardo Hipólito sobre este ponto.

Colocada a proposta à votação tendo sido aprovada com seis votos contra, uma abstenção e sete votos a favor.

A sessão irá continuar.

**Ponto sete** – Apreciação e Votação da Proposta de Taxa de Saneamento a aplicar no Concelho.

Não houve intervenções foi a proposta colocada à votação e aprovada por maioria, com quatro abstenções e onze votos a favor.

**Ponto oito** – Apreciação e votação do Código de Posturas Municipais.

O Presidente da Câmara deu os esclarecimentos sobre o assunto constante do ponto em epígrafe.

O eleito Ricardo Hipólito teceu algumas considerações sobre alterações possíveis ao diploma.

Colocado o código à votação foi aprovado por maioria, com quatro abstenções e onze votos a favor.

O eleito Ricardo Hipólito fez a seguinte declaração de voto: “Uma das razões pela qual me abstive foi porque alguns aspectos que me parecem relevantes nem sequer me disseram se vão ou não ser atendidos, é o caso de Regime Geral de Contra-Ordenações, se a negligência é punível não vai ser considerada, assim como, estes dois aspectos quem aplicar as sanções e para

onde vão as receitas também não foi considerado”.

**Ponto nove** – Apreciação e votação da Alteração ao Regulamento de Cedência e Utilização do Estádio Municipal Dr. Raúl José das Neves.

Não tendo havido intervenções foi a alteração ao regulamento colocada à votação e aprovada por unanimidade.

**Ponto dez** – Apreciação e votação da Proposta – Atribuição de Menção de Mérito Excepcional ao funcionário João Manuel Dias Teodoro.

Não tendo havido intervenções foi a proposta colocada à votação com duas abstenções e treze votos a favor.

**Ponto onze** – Apreciação e votação do pedido da Empresa SARCIL, Sociedade de Areias para Construção Civil, Lda, para licenciamento e declaração de utilidade pública – actividade de extracção de inertes do Rio Tejo / Praia do Patacão.

A eleita Graciete de Brito solicitou que seja requerido parecer à Direcção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território de Lisboa e Vale do Tejo. Propõe ainda que o ponto cinco do Protocolo entre a Câmara Municipal de Alpiarça e a Direcção Regional e Ordenamento do Território de Lisboa e Vale do Tejo seja alterado.

O eleito Ricardo Hipólito teceu várias considerações sobre os documentos apresentados, nomeadamente sobre os terrenos, e pagamento de taxas à Câmara Municipal de Alpiarça.

O eleito Pedro Gaspar interveio, solicitando que a correcção ortográfica pelos meios informáticos seja aplicada.

O Presidente da Câmara esclareceu as questões da eleita Graciete de Brito e sobre as questões do Protocolo, e outras.

Foram dados esclarecimentos pelo eleito Ricardo Hipólito. Foi colocado este assunto à votação, tendo sido aprovado por maioria, com quatro abstenções e onze votos a favor.

O eleito Ricardo Hipólito fez declaração de voto nos seguintes termos: “Votamos no sentido da abstenção porque não concordamos que a exploração de inertes, sempre no pressuposto que durante cinco anos o local carecerá da necessidade de extracção de inertes, ou seja, manter-se-á no local uma deposição excessiva, o que não está de todo garantido e por outro lado também somos de opinião como acabámos de referir que, em nosso entender,

possivelmente, a Sarcil acabará por sair beneficiada se, porventura, não proceder à aquisição dos terrenos para acesso ao local da extracção”.

A Presidente da Mesa põe à consideração da Assembleia Municipal um documento fora da ordem do dia sobre “Transferência de Competências entre o Governo Civil e Câmaras”.

Houve interregno de cinco minutos para apreciação dos documentos.

O Presidente da Câmara deu os esclarecimentos devidos.

Foi posto este ponto à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

### **PERÍODO DE DEPOIS DE ORDEM DO DIA**

Concluída a ordem do dia e havendo diversa assistência na sala, a Presidente da Mesa informou que estava aberto o período para intervenção do público e que os munícipes presentes apenas poderiam usar da palavra por uma única vez, por um máximo de cinco minutos, devendo preencher para o efeito uma ficha de inscrição.

Interveio o munícipe Raul Figueiredo e teceu considerações diversas acerca do seu mandato enquanto Presidente da Câmara Municipal, bem como relativamente a assuntos da competência da Resiurb.

Direito de resposta do Presidente da Câmara Municipal.

Não se registando mais intervenções dos munícipes, a Presidente da Mesa colocou à aprovação a minuta da acta da sessão, para efeitos de execução imediata das deliberações, a qual foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo para tratar, foi pela Presidente da Mesa encerrada a sessão, da qual para constar se redigiu a presente acta, que vai pelos membros da Mesa ser assinada.

Presidente: \_\_\_\_\_

1.º Secretário: \_\_\_\_\_

2.º Secretário: \_\_\_\_\_

/O.C.